

---

## DISCURSO DE POSSE<sup>1</sup>

---

Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

Excelentíssimo Senhor Ministro IRAM SARAIVA, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Excelentíssimos Senhores Ministros que integram e que integraram esta Corte. Colegas do Ministério Público.

Ministro Walton, as regras de impedimento constantes no Código de Processo Civil têm o objetivo de evitar que magistrados opinem acerca de temas em que, de algum modo, haja envolvimento pessoal na causa a ser julgada. V. Exa deveria ter-se declarado impedido de fazer este pronunciamento.

Senhor Presidente, é notória a amizade que mantenho com nobre Ministro Walton Rodrigues. A nossa amizade e a admiração que mantenho por S. Exa. aconselham a que todos os presentes dêem o devido desconto às belíssimas, porém, totalmente comprometidas, palavras do Ministro orador. Os elogios que recebo, devem ser atribuídos mais à generosidade de S. Exa. do que a efetivo merecimento de minha parte. Recebo esses elogios para transferi-los ao Ministério Público junto a esta Corte, cuja chefia ora ocupo e que, até bem pouco tempo foi exercida pelo nobre Ministro Walton, que muito soube dignificar o cargo que exerceu.

Não poderia deixar de agradecer, igualmente, ao indispensável apoio que recebi dos meus colegas do Ministério Público, que fizeram com que meu nome constasse em primeiro lugar na lista tríplice que foi encaminhada ao Exmo. Senhor Presidente da República, que muito me honrou com a nomeação para o elevado cargo que ora passo a ocupar.

Agradeço, ainda, a todos os que hoje comparecem a esta cerimônia de posse, cujas presenças engrandecem e dignificam o Ministério Público junto a este Tribunal.

Sinto neste momento um sentimento contraditório. De uma parte, estou profundamente feliz por estar assumindo cargo de tão elevada estatura. Jamais este cearense poderia ousar sonhar em exercer tão elevados misteres junto a este Tribunal de Contas da União, que considero um dos mais importantes e sérios órgãos da democracia brasileira. Se algum mérito pessoal possuo, devo atribuí-lo à generosidade de meus amigos e à minha dedicação ao estudo, herança que devo a minha mãe, Márcia, que, mesmo sem jamais ter estudado qualquer idioma estrangeiro, foi capaz de ensinar inglês aos filhos.

Ao mesmo tempo, porém, em que agradeço a generosidade de todos os que me apóiam e apoiaram em minha caminhada, permitam que me queixe da imensa responsabilidade que essa mesma generosidade me impõe. Sinto todo o peso das importantes atribuições que o cargo irá exigir.

---

1. Proferido na cerimônia realizada no edifício-sede do TCU em 23 de junho de 1999.

Tenho absoluta convicção de que somente com a profunda compreensão de minha Emmanuela, o indispensável apoio de meus colegas e de todos os que comigo atuam em meu gabinete terei condições de bem desempenhar os meus afazeres institucionais.

Excelências, todos os que atuam junto a esta Corte de Contas têm perfeita compreensão da importância do controle externo em um país como o Brasil, que atravessa profunda crise institucional.

Poucos órgãos no Brasil são obrigados a enfrentar e ter de apresentar prontas soluções para tantos e tão complexos problemas. Nem sempre as soluções apresentadas pelo Tribunal irão agradar a todos, inclusive a alguns integrantes do Poder Executivo e do próprio Poder Legislativo.

Entendo que uma das missões mais difíceis de ser desempenhadas pelo nosso Tribunal é a de buscar e definir sua autonomia e, ao mesmo tempo, ampliar os laços que o unem ao Congresso Nacional, sem, no entanto, a ele sucumbir.

O Congresso Nacional, que tem no sufrágio popular a forma mais pura de legitimação, é a própria fonte de qualquer regime democrático. Atuar no exercício do controle externo em auxílio ao Congresso Nacional confere a este Tribunal de Contas patamar de legitimidade raramente encontrado em outro órgão institucional. Não devemos, porém, jamais nos submeter a disputas partidárias. O Tribunal deve, sim, buscar uma atuação política. Esta a grande sabedoria do gênio de Rui Barbosa, idealizador de nosso sistema de controle de gastos públicos, sabedoria esta que vem sendo aperfeiçoada em todos os textos constitucionais, sobretudo em nossa vigente Constituição Federal, de 1988: Uma Corte que atua em auxílio do Congresso Nacional, mas possuindo seus membros as garantias dos magistrados. Essa é, indiscutivelmente, a melhor fórmula, dentre as várias existentes, a ser utilizada no controle de gastos públicos.

A verdadeira vocação desta Corte somente será encontrada se, em sua atuação, ao lado do seu viés político, ficar perfeitamente definida a sua atuação técnica. O desenvolvimento constante dos métodos de fiscalização, a ênfase em auditorias operacionais e de desempenho, o aprimoramento de mecanismos de comunicação social e de participação popular, o treinamento constante de seus servidores são alguns dos instrumentos indispensáveis ao exercício de um controle externo mais pronto e eficaz. A mera avaliação de dados contábeis, o exame do cumprimento formal de textos legais ou o mero registro de atos geram total descompasso entre as inúmeras atribuições do TCU e o que a sociedade dele espera.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, o Brasil apresenta carga tributária equivalente a dos países do primeiro mundo. Isso, porém, não tem sido revertido em favor da população brasileira. Vivemos em um País, com enorme exclusão social, em que a educação e a cidadania ainda são privilégios de poucos. Isto torna ainda mais relevante o papel de órgãos como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que têm suas atuações voltadas para a defesa dos interesses da sociedade. Se, apesar da pesada – e para alguns insuportável – carga tributária, não se consegue promover

um mínimo de justiça social, parte da responsabilidade nos cabe, haja vista termos a missão de atuar no controle dos gastos públicos.

Balizado pelo ordenamento jurídico, o Tribunal deve saber identificar e exigir que se atenda ao interesse público, cumprindo sua missão diante da sociedade, ao efetivamente contribuir para que tenhamos um País mais justo, com serviços públicos de qualidade, sobretudo em áreas tão carentes quanto a educação, a saúde, a previdência e a segurança pública.

Isso tudo deve ser buscado e realizado diante de um quadro totalmente adverso. O Tribunal de Contas foi concebido para exercer, é bem verdade, o importante papel de controlar os gastos públicos. O quadro de sua atuação, porém, era totalmente diverso do que hoje enfrentamos. Vivemos em uma sociedade que sofre profundas alterações estruturais, em que a própria concepção do que seja o Estado muda a cada dia. O Tribunal, nos dias atuais, além de exercer as atribuições que costumeira e tradicionalmente lhe cabem, deve igualmente atuar em novas áreas da mais alta importância para o País, como os processos de privatização, apenas para citar um exemplo.

Esse novo modelo obrigará o Tribunal a definir prioridades, desonerando-se de tarefas menos relevantes e passando a concentrar esforços na solução dos verdadeiros problemas nacionais.

Nesse contexto, deve o Tribunal ser instrumento da moralidade administrativa, da eficiência e economicidade que são exigidas da Administração Pública, e a este Ministério Público incumbe dar a sua contribuição, seja por meio de sua intervenção nos autos, seja por meio de sua participação nas sessões realizadas pelo Tribunal.

A todos nós cumpre, portanto, contribuir com a nossa Corte de Contas na busca de seu papel social, na busca do ideal republicano da realização do interesse público, do zelo na administração dos recursos públicos.

Dispomos aqui no Tribunal de Contas da União de conhecimentos, que têm grande valor pragmático e ético, e de instrumentos que nos permitem pôr em prática tais conhecimentos. No momento em que o País atravessa uma crise de valores da profundidade desta que vivenciamos, chega a nossa vez de utilizar o nosso saber e o nosso poder. O poder de promover uma mudança em torno de nós. Não um poder arbitrário, arrogante, mas o poder de transformação, de crítica, de uso da razão e da sensibilidade.

São cada vez maiores, Excelências, os desafios que a sociedade moderna nos obriga a enfrentar. A crise por que passa a sociedade moderna, a falta de paradigmas para pautar nossas condutas constituem, é verdade, motivos para inquietações, mas não para desânimo. Há um mundo inteiro ainda por ser construído, e devemos lutar para definir os novos paradigmas em bases mais sólidas, mais justas, mais sociais.

Devemos ter plena consciência do mundo que nos cerca. Devemos pensar e exercer nossos misteres visando à solução de problemas reais, e não de situações imaginárias. Devemos pensar e agir como se o novo mundo por que propugnamos dependesse única e exclusivamente de nossas atitudes.

Enquanto houver um único brasileiro sem comida, sem casa, sem escola, sem trabalho e sem justiça seremos um país malgrado, uma nação frustrada na realização de seus sonhos e na consecução dos seus ideais. Sinto, porém, que vivemos um instante de “doloroso otimismo”: por entre as inúmeras dificuldades que se nos contrapõem, diviso um futuro promissor, um novo amanhã, graças à lucidez política que vem transformando cada brasileiro em cidadão, ciente dos seus direitos e sabedor dos seus deveres.

Sonho? Como diria Monteiro Lobato, um dos nossos maiores escritores, “tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira - mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de negar nenhum”.

Senhor Presidente, não poderia deixar de apresentar meu profundo agradecimento pela presença neste Plenário de meus Pais, Jorge e Márcia, e de minha sogra Natércia.

Finalmente, agradeço à minha Emmanuela, mãe de meus dois filhos: Mariana e Pedro. Sem sua presença, carinho e incentivo sempre tão presentes nada seria possível. A ela tudo devo.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, demais autoridades, Muito obrigado.

